



Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, levantados em 31/12/2013 e 31/12/2012, bem como as Demonstrações de Resultados, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do parecer de Auditoria. Em função da publicação e adoção a MP 627 que entre outras providências, revoga o regime tributário de transição (RIT), a Minas Arena efetuou análise dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Colocamos-nos à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que fizerem necessários. Belo Horizonte, 30 de abril de 2014. **A Diretoria.**

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Balanços patrimoniais - Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)				Demonstração do resultado					
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012		Nota	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.073	6.079	1.633			15	155.505	529.885
Ativo financeiro de concessão	5	131.194	109.225				16	(64.178)	(484.067)
Contas a receber de clientes	6	4.842	377					91.327	45.818
Adiantamentos a fornecedores		77	377						
Impostos e contribuições a recuperar	7	13.211	961	480			16	(14.959)	(3.335)
Partes relacionadas	13			27.436				29	205
Estoques		217	47					(14.930)	(3.130)
Prêmios de seguro a vencer		47						76.397	42.688
Outras contas a receber		569		23					
		151.230	116.642	29.572					
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Ativo financeiro de concessão	5	664.907	689.323	269.177					
Imobilizado	8	4.186	1.139	110					
Intangível	9	40.141							
		709.234	690.462	269.287					
Total do ativo		860.464	807.104	298.859					
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	10	7.394	32.549	1.512					
Empréstimos e financiamentos	11	103.016	108.537	73.894					
Obrigações e encargos trabalhistas		1.192	306	80					
Impostos e contribuições a recolher		3.088	1.503	172					
Outras obrigações a pagar		3.153	4.385	424					
		117.843	147.280	76.082					
Não circulante									
Empréstimos e financiamentos	11	393.735	390.000	80.913					
Partes relacionadas	13	13	14.580	43.242					
Tributos diferidos	12	12.936	12.054	13.891					
Provisão para contingências		27							
		406.711	416.634	138.046					
Patrimônio líquido	14	246.405	192.000	55.500					
Capital social		89.505	51.190	29.231					
Reservas de lucros		335.910	243.190	84.731					
		860.464	807.104	298.859					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva de subvenção	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2012	55.500	1.408	26.757		1.066	83.665
Ajuste (Nota 2.14)					1.066	1.066
Saldo de abertura ajustado	55.500	1.408	26.757		1.066	84.731
Resultado abrangente do exercício					21.959	21.959
Lucro líquido do exercício (reapresentado)					21.959	21.959
Total do resultado abrangente do exercício (reapresentado)					21.959	21.959
Contribuição dos acionistas						
Aumento de capital	136.500					136.500
Transferência entre reservas			(164)		164	
Em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	192.000	1.408	26.593		23.189	243.190
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					38.315	38.315
Total do resultado abrangente do exercício					38.315	38.315
Contribuição dos acionistas						
Aumento de capital	54.405					54.405
Constituição da reserva legal		1.916			(1.916)	
Transferência entre reservas				59.588	(59.588)	
Em 31 de dezembro de 2013	246.405	3.324	26.593	59.588	(59.588)	335.910

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais - A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 - Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto ("Estádio" ou "Mineirão") e as áreas contíguas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS - Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda. **Contrato de Concessão** - O Contrato de Parceria Público Privado ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionária). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para receber tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014 quanto a Olimpíada de 2016. Em 2013 o Mineirão recebeu a Copa das Confederações. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrária. **2.1 Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e, ativos e passivos financeiros inicialmente mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigentes a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Instrumentos financeiros** - **2.4.1 Ativos financeiros - classificação** - A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos exercícios apresentados, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. (a) **Empréstimos e recebíveis** - Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Contas e equivalentes de caixa" (exceto aplicações financeiras), "Ativos financeiros de concessão", "Contas a receber de clientes" e "Outras contas a receber". O "Ativo financeiro de concessão" refere-se a valores a receber decorrentes do contrato de concessão firmado com o Estado de Minas Gerais (Nota 1), pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio e foi apurado com base na aplicação da interpretação técnica IPC 01 - "Contrato de Concessão" e encontra-se registrado a valor presente. (b) **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **2.4.2 Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração** - As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros** - Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado** - A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado se as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor, (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal, (iii) o montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento

que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.5 Passivos financeiros - classificação** - Passivos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros (custo amortizado), conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos". **2.5 Contas a receber de clientes** - As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment). **2.6 Imobilizado** - O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral.....	10
Móveis e utensílios.....	10
Instalações.....	10
Equipamentos de informática.....	5
Veículos.....	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7 Ativos intangíveis** - São registrados como ativos intangíveis as benéficas nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente. **2.8 Impairment de ativos não financeiros** - Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. **2.9 Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.10 Empréstimos e financiamentos** - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.12 Reconhecimento da receita** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: (a) **Receita de construção** - A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. A receita de construção foi determinada e reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17 "Contratos de Construção", segundo o método de Porcentagem de Conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. Este método foi aplicado durante os anos de 2011 e 2012, período das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. (b) **Receita de serviços** - A receita

	Nota	2013	2012
Receita	15	155.505	529.885
Custos dos serviços prestados	16	(64.178)	(484.067)
Lucro bruto		91.327	45.818
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(14.959)	(3.335)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	16	29	205
		(14.930)	(3.130)
		76.397	42.688
Lucro operacional			
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	4.548	2.040
Despesas financeiras	17	(41.994)	(24.092)
		(37.446)	(22.052)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.951	20.636
Imposto de renda e contribuição social	18	(636)	1.323
Lucro líquido do exercício		38.315	21.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	38.315	21.959
Total do resultado abrangente do exercício	38.315	21.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa

	2013	2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.951	20.636
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	1.505	23
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	38.185	23.084
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(84.307)	(50.862)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	469	
Provisão para contingências	27	
Provisão para tributos diferidos	246	(514)
Variáveis nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	86.754	(478.509)
Contas a receber de clientes	(5.311)	
Adiantamentos a fornecedores	300	(377)
Impostos e contribuições a recuperar	(12.250)	(481)
Partes relacionadas		27.436
Estoques	(217)	
Outras contas a receber	(616)	23
Fornecedores	(25.155)	31.037
Obrigações e encargos trabalhistas	886	226
Impostos e contribuições a recolher	1.585	1.331
Outras obrigações a pagar	(1.232)	3.961
Caixa aplicado nas operacionais	39.820	(422.986)
Juros pagos	(40.268)	(15.460)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	(448)	(438.446)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(3.466)	(1.052)
Compras de intangível	(41.227)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	(44.693)	(1.052)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	144.497	410.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(144.200)	(73.894)
Integralização de capital	39.838	
Adiantamento para futuro aumento de capital		107.838
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	40.135	443.944
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(5.006)	

